

REVISTA de *Políticas Públicas*

RESENHA

RESISTIR É PRECISO!

FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017, 256 p.

Cristiana Costa Lima

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Gianni Fresu é doutor em Pesquisa em Filosofia pela Universidade de Urbino (Itália), tendo sido orientado por um dos mais importantes pensadores italianos, Domenico Losurdo. Fresu é professor efetivo de Filosofia Política da Universidade Federal de Uberlândia.

Na Itália e no Brasil, tem publicado diversos livros, dentre os quais se destacam *La sinistra critica e le nuove utopie sociali* in *Il mondo dopo Manhattan* (Napoli, 2002), *Il diavolo nell'ampolla*. Antonio Gramsci, *gli intellettuali e il partito* (Napoli, 2005), *Oltre la parentesi*. *Fascismo e storia d'Italia nell'interpretazione gramsciana* (Roma, 2009), *Il lungo viaggio contro il fascismo* (Roma, 2013), *Lênin: leitor de Marx. Determinismo e dialética na história do movimento operário* (São Paulo, 2016), além de variada produção de artigos completos publicados em periódicos, capítulos de livros e diversos artigos para jornais e revistas, com centralidade na análise gramsciana da política e história contemporâneas.

Nas ciências nenhuma questão está acabada. Sua importância não se vincula a sua popularidade na sociedade. Seu processo não

¹ Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UFMA (DESES/UFMA) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). E-mail: costalima.cristiana@gmail.com / Endereço: Universidade Federal do Maranhão - UFMA: Cidade Universitária, Av. dos Portugueses, n. 1966, Bacanga, São Luís - MA. CEP: 65085-805.

está superado porque bastante investigado. Especialmente nas ciências sociais e humanas que lidam com a realidade cuja dinamicidade do processo histórico nos coloca, a todo momento, frente a novos, velhos e reconfigurados temas. E quando vêm ao debate público, emerge com ele o pesquisador que se dedica com afinco, seriedade e rigor ao estudo de tal temática. Nas trincheiras do ocidente: lições sobre o fascismo e o antifascismo (Ponta Grossa, 2017) é a obra no tempo e lugar certos, pronta a nos oferecer paralelos com a experiência europeia dos anos 1920 a 1945 para compreendermos o Brasil que emerge no final desta segunda década do século XXI.

Nossa análise dessa obra objetiva, nesta resenha, apresenta a caracterização geral do autor sobre o fascismo e suas dinâmicas, ascensão, crise, forma de enfrentamento e a contribuição de Antonio Gramsci para a compreensão do tema. Fruto do empenho do professor, quando colaborou com o Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, o livro é resultante do conjunto de textos preparados por ele para, a fim de superar as dificuldades com o recente contato com a língua portuguesa, ministrar curso sobre o tema na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – campus de Marília.

Fresu resgata do pensamento gramsciano que “[...] o fascismo não é um parêntese irracional na história [...]; o fascismo emerge [...] na debilidade das suas classes dirigentes, na utilização permanente do transformismo como meio de consolidação do poder, e na tendência endêmica à subversão reacionária das classes dirigentes.” (p. 37).

O fascismo italiano, explica Fresu, foi a primeira tentativa de saída da crise de hegemonia das classes dirigentes daquele país por meio de uma virada autoritária que anteciparia os golpes do futuro (p. 39). O ambiente de uma guerra mundial propiciou a aceleração de sua implantação apoiado num clima de retórica patriótica e exaltação militar, que mobilizou amplos setores da população, a partir do desconforto e da raiva social da classe média contra a classe política vigente e em oposição ao movimento socialista, considerado uma força antinacional – por conta de sua posição de neutralidade no tocante à guerra.

Assustado com a dupla pressão do grande capital e do proletariado que se organizava, o fascismo organiza-se como Partido Nazionale Fascista a partir de um programa baseado nas seguintes

negações: antipartido, antiburguês, antimonárquico, anticlerical, antissocialista. Anota nosso autor: “[...] a origem do fascismo não podia ser pesquisada na corrupção, embora este problema estivesse presente, mas no retrocesso social das camadas médias por causa da transformação econômica e financeira [...], que produziu um desassossego para as suas condições econômicas e a falta de uma função social.” (p. 48). O contexto do desastre econômico, social e moral produzido pela guerra e o delírio ideológico nacionalista condicionam o ambiente perfeito para o nascimento do fascismo italiano. E Benito Mussolini, seu principal líder popular, “[...] sem ter consciência disso, foi o precursor de todos os fascismos.” (p. 58). Ele incorpora o conteúdo não conformista de subtrair-se tanto à sociedade liberal quanto combater o socialismo nas ruas: uma forma moderna de autoritarismo, sob a teoria de um terceiro sistema (nem comunismo, nem capitalismo).

Ascende, assim, relata Gianni Fresu (p. 69), “[...] uma forma nova e moderna de regime autoritário, típica de uma fase histórica marcada pela política de massa”, cujo “[...] homem novo fascista não era um indivíduo tornado consciente por si e patrão do próprio destino, mas o cidadão-soldado, que esvazia a própria individualidade para deixar-se absorver integralmente na comunidade totalitária.” (GENTILE, 2008, p. 148 apud FRESU, 2017, p. 69).

Seu apogeu dá-se, conjuntamente, com o aspecto mais moderno do fascismo, “[...] a utilização dos modernos instrumentos da comunicação de massa, cinema, rádio, jornais, [...] para construir o consenso e o mito da invencibilidade do Duce [Mussolini]”² (p. 70), e o cancelamento da vida política, transformando-a em “[...] função e monopólio do Estado.” (p. 70), sob uma economia fortemente sustentada na indústria da guerra. Isso ocorre no momento do

[...] segundo golpe de Estado de Mussolini quando ele se livra das poucas tutelas constitucionais e da pluralidade democrática, cancelando também por via jurídica as liberdades individuais e coletivas de fato já pisadas nos anos precedentes.

A ocasião para o salto de qualidade autoritário foi um malsucedido atentado contra Mussolini no dia 31 de outubro de 1926, para mui-

² Duce é uma palavra italiana que significa líder. Como título de nobreza, equivalente a duque, foi retomada pelo rei Vitor Emanuell III, em 1915 (na verdade, ele foi o oitavo rei a utilizar o termo duce). Mas seu uso mais significativo deu-se por Benito Mussolini, que se autoproclamou duce, líder máximo da Itália, entre 1922 e 1945, quando o termo passou a ser associado ao fascismo.

tos estudiosos uma operação planejada do regime para justificar o estado de emergência. [...] Em poucas semanas fora encaminhada uma eficiente máquina repressiva, preparada com as leis dos meses precedentes; foram aperfeiçoados os instrumentos legais de perseguição das oposições, a partir da anulação de todos os passaportes; e foi aberta uma verdadeira caça ao homem, rua por rua.

As esquadras fascistas, agora com cobertura jurídica, tornaram-se totalmente livres para fazer o que quisessem, devastando sedes de partidos, sindicatos, jornais, e praticando o uso sem limites do terror contra os opositores. (p. 72).

Mesmo com a grande crise do capitalismo mundial, com o colapso da bolsa de valores de Wall Street, em 1929, o fascismo italiano manteve-se de pé. Mussolini enfrentou essa crise com um grande plano keynesiano de obras públicas, criação de empresas estatais nos principais setores da economia (energia, química, transporte, siderurgia, etc.) e um acentuado viés nacionalista para a proteção da economia do país. Com isso, nesse período, expõe Fresu, “[...] o fascismo não só resistiu como conseguiu consolidar o seu poder.” (p. 74).

Porém, as tensões sociais persistiram: diminuição de salários, aumento de preços, redução do poder de compra dos trabalhadores, situação social esgarçada pelas consequências da guerra contra França e Inglaterra, declarada por Mussolini em junho de 1940. Esses fatores, reforçados pela vitória de Stalingrado contra o Pacto Tripartite (Alemanha, Itália e Japão), na Segunda Guerra Mundial, em 2 de fevereiro, confluem para as primeiras greves nas grandes cidades industriais do norte do país, em março de 1943, começo da resistência ao fascismo na Itália: “[...] em 23 de março, em Milão, milhares de operários das indústrias se recusaram a trabalhar e logo a agitação assumiu palavras de ordem antifascistas.” (p. 208). A luta armada viria em setembro daquele ano. Organizada a partir de diversas ações do Partido Comunista, “[...] a Resistência não foi nem milagre, nem um fenômeno espontâneo, mas precisou ser organizada. Dura, difícil, plena de dificuldades [...]” (SECCHIA, 1971, p. 110 apud FRESU, 2017, p. 209).

O processo de luta de libertação nacional possibilitou uma Frente Antifascista de massas, com a participação de jovens e mulheres, camponeses, numa luta antifascista que avançou à medida que as potências aliadas (Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética) consolidavam a vitória sobre os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial (Alemanha, Itália, Japão). Inicialmente deposto e

capturado pelas tropas aliadas, em 1943, Mussolini ainda foi libertado pelas forças nazistas e tentou uma retomada do poder. Só foi definitivamente derrotado quando foi capturado e fuzilado, em 28 de abril de 1945, por membros da Resistência Italiana.

A ascensão, o auge e a queda do fascismo na Itália nos servem de lições para a compreensão de fenômenos contemporâneos. Como ressalta Michel Lowy (2015, p. 654), o fascismo e o antifascismo não são fenômenos pertencentes ao passado, como muitos especialistas e comentaristas de mídia anunciam. Trata-se de uma realidade um tanto mais complexa. A história não se repete, mas é necessário realizar os devidos paralelos para aprendermos a analisar o tempo presente. Nesse sentido, a reflexão de Gramsci sobre o fascismo, resgatada por Fresu, é essencial.

Conforme o autor, a contribuição de Antonio Gramsci (2002) reside em formular uma análise distinta de três interpretações vigentes, à época, sobre o fascismo: 1) o fascismo como doença moral da Europa; 2) o fascismo como produto lógico e inevitável do desenvolvimento de alguns países; 3) o fascismo como evolução da sociedade capitalista e reação antiproletária.³

De acordo com as anotações trazidas por Gianni Fresu, para Gramsci, o fascismo não foi uma simples reação antiproletária. Não teve uma ideologia originária, mas recolheu sugestões provenientes de diferentes doutrinas – como o irracionalismo, o niilismo e o futurismo, no plano cultural, e o nacionalismo, no plano econômico. Como doutrina, o fascismo foi uma “[...] ideia de revolução sem programa.” (p. 123). O fascismo não foi conduzido por um único bloco monolítico da burguesia. Ele teve sua existência determinada por seu eixo militar de organização. E, por fim, foi um fenômeno historicamente determinado, mas também intrínseco ao fim da fase de expansão burguesa e de mudança da guerra de movimento para a guerra de posição na luta pela hegemonia⁴. Conforme Fresu, Grams-

³ Para especial estudo destas três vertentes, recomendamos a leitura atenta do capítulo III do livro, no qual Fresu expõe detalhada pesquisa comparativa acerca das interpretações historiográficas sobre o fascismo, elencando autores, principais formulações e suas críticas a essas ideias.

⁴ De acordo com Gramsci (2002, p. 24), “[...] ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; [...] A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra, etc.”. A

ci, no bojo de sua elaboração sobre a guerra de posição, analisa que o fascismo e o fordismo

[...] foram duas respostas, profundamente diversas, encontradas pela burguesia no início do século XX, para sair da sua crise orgânica. A primeira é uma resposta profundamente reacionária, uma violenta defesa da ordem tradicional, do sistema das rendas parasitárias típico da sociedade europeia. A segunda, uma resposta progressiva e racional, embora marcada também ela pelas suas íntimas contradições [...] (p. 159).

É, pois, sob a concepção gramsciana de guerra de posição que devemos situar as táticas de enfrentamento ao neofascismo. Cabe-nos, como recupera Fresu a elaboração de Ruggero Grieco, ter como tarefa da luta antifascista exatamente saber interceptar o mal-estar de suas contradições no mundo do trabalho e de suas próprias contradições corporativistas. E não esquecer a lição de Antonio Gramsci, de analisarmos o fascismo como movimento social!⁵

Quando o fascismo estava surgindo e desenvolvendo-se, segundo Gramsci, o Partido se limitou a considerá-lo um órgão de combate da burguesia e não também um movimento social. Isso não pôs a organização em condições de limitar o avanço da sua escalada ao poder com uma ação política que fosse adequada ao desafio [...] (p. 175).

Isso com a devida ponderação, retomando Michel Lowy (2015, p. 661), de que

Não há nenhuma receita mágica para combater a extrema-direita. Devemos nos inspirar — com uma distância crítica apropriada — nas tradições antifascistas do passado, mas também devemos saber como inovar, a fim de responder às novas formas desse fenômeno. Devemos saber como combinar iniciativas locais com os movimentos culturais e sociopolíticos unitários solidamente organizados e estruturados, tanto em nível nacional quanto em nível continental. Às vezes é possível unir-se com o fantasma do “republicanismo”, mas qualquer movimento antifascista só será eficaz e crível se for motivado por forças situadas fora do consenso neoliberal dominante.

guerra de posição seria, dessa maneira, a tática mais propícia às sociedades nas quais a sociedade civil é muito mais complexa, que exige uma batalha longa e paciente pela conquista da hegemonia.

⁵ Entendemos movimento social “[...] como expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico e suas manifestações são estruturais e conjunturais.” (LOPES, 1999, p. 9).

Evidente que, lendo *Nas trincheiras...*, é tentador afirmar: quase 100 anos depois, nada mais parecido com a Itália às portas dos anos 1920 do que o Brasil à beira da segunda década dos anos 2000! A analogia, contudo, na qual uma espécie de (neo)fascismo tenta ascender por aqui, deve ser devidamente contextualizada. Lá, no cenário de uma crise da qual surge a classe operária socialista como força política (fortalecida pela Revolução Russa de 1917), aqui, no contexto da crise da qual um projeto popular de poder buscava se consolidar (barrado por um golpe parlamentar-judiciário-midiático, após quatro vitórias eleitorais sucessivas nas urnas). Antes, um contraponto fortalecido pela alternativa socialista. Agora, um campo em defensiva global, por seus acertos e, também, erros (de tentar conciliar opções antagônicas).

Enfrentar o neofascismo é saber decompor seu bloco e suas contradições. Tal como o fascismo de antes, o neofascismo de hoje em emergência não é um bloco monolítico e homogêneo. No caso brasileiro, ele tem seu segmento fundamentalista religioso, a parcela homofóbica, o lado racista, a fração misógina, a parte neoliberal e, até mesmo, um fragmento monarquista... Todos sob a condução da liderança popular mais expressiva, oriunda do setor militar. A vertente antiesquerdista (por seu viés mais evidente, o antipetismo), sob o discurso do combate à corrupção, é que dá amálgama, liga, fusão a esse bloco histórico. É necessário, portanto, identificar cada subdivisão e suas proposições para elaborar uma reação antineofascista concreta, eficaz, enraizada nas classes populares.

Contribuo com o pensamento do autor, nesta resenha, com uma reflexão que venho desenvolvendo no âmbito de minhas pesquisas sobre o Serviço Social na atualidade. Penso que o marco contemporâneo que fomenta a ascensão desse novo conjunto de proposições fascistas é justamente o fértil terreno propiciado pela concepção conservadora pós-moderna de atomização do indivíduo e afirmação das bases mercadológicas das diversas instâncias da vida. Trata-se da restauração do conservadorismo metamorfoseado pelo pensamento da ideologia pós-moderna, agora revivificado sob uma abordagem microscópica da questão social, transformada em problemas morais. Temos, dessa forma, corroborando com Fresu, o fascismo reatualizado como “[...] uma forma moderna de poder autoritário em comparação com os velhos regimes reacionários, dada a sua constante pesquisa do consenso popular e o uso hábil da demagogia.” (p. 77).

Em síntese, como conclui Fresu, tal qual no nascimento dos fascismos na primeira parte do século XX, “[...] também hoje precisamos ler as reais causas desse fenômeno, evitando a simples recusa retórica de um fenômeno que nos assusta, utilizando categorias abstratas, como a ilusória luta entre civilidade e incivilidade política, sem afrontar racionalmente a raiz do problema.” (p. 230, grifo nosso).

Por fim, ressalto, as lições de Gianni Fresu não são uma fórmula, mas uma oportuna síntese sobre o fascismo e o antifascismo que muito contribuem para a formulação precisa das bases conceituais para seu entendimento e enfrentamento, em sua versão atual, no Brasil. Uma leitura imprescindível a quem se dispõe a esse grande desafio!

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOPES, J. B. A relação Serviço Social – Movimento Social: indicações para um estudo. Serviço Social e Movimento Social, São Luís, v.1, n. 1, jul./dez. 1999.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 652-664, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2018.